



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**África e afrodescendentes na coleção didática de História “Asas  
para Voar”**

Arlene Dalila Gonzaga

Florianópolis, julho de 2013.

ARLENE DALILA GONZAGA

**África e afrodescendentes na coleção didática de História “Asas  
para Voar”**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de  
Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da  
Universidade Federal de Santa Catarina para sob a  
orientação da Prof<sup>ª</sup> Dra. Clarícia Otto.

Florianópolis, julho de 2013.

ARLENE DALILA GONZAGA

**África e afrodescendentes na coleção didática de História “Asas para Voar”**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Colegiado de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Clarícia Otto

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Clarícia Otto - UFSC  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nucia Alexandra Silva de Oliveira – UDESC  
Membro

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Cristiana Tramonte – MEN/UFSC  
Membro

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Hermínia L. Laffin – MEN/UFSC  
Suplente

Florianópolis, 3 de Julho de 2013

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, meu Senhor por ter permitido que eu chegasse até aqui e por ser minha luz, meu guia, minha fortaleza nas horas de angústia. Agradeço aos meus pais Dalila e Anízio, que foram meus grandes incentivadores, fizeram o possível e o impossível para me ajudar a vencer, obrigada pelos passeios em família, pelas risadas, pelo apoio incondicional. Obrigada por tanto amor e dedicação e por se emocionarem tanto com minhas vitórias, meu maior orgulho é ser filha de vocês. As minhas irmãs Andresa e Aline, pela força, pelas risadas, pelas brigas, amo muito vocês. Agradeço a minha avó Umbelina que sempre torceu e ainda torce por minha vitória, sempre demonstrando ser orgulhosa de mim.

Agradeço as minhas tias Ciça e Bia, que me acompanharam e me ajudaram nesta caminhada. Agradeço também meu tio Juvenal, meus cunhados Maicon e Cláudio, meu primo Diego, que de alguma forma participaram desta caminhada, com um gesto, uma palavra, algo que tenha marcado.

Agradeço ao meu sobrinho e afilhado Tiago que chegou a minha vida, quando iniciei a faculdade, e nos meses em que escrevi o TCC, ele esteve sempre do meu lado, muitas vezes sem mesmo eu perceber, chegou ao meu lado me olhou, me deu um beijo, me abraçou, e sempre nas horas em que eu mais precisei, quando o desânimo chegava, me fazendo querer desistir. Obrigada meu amor a madrinha te ama muito.

Ao Pastor e amigo Carlos Corrêa, obrigada pelas orações e pelos conselhos.

As minhas queridas amigas Flávia e Roberta, que me acompanharam durante quatro anos, mas pausaram a formação por motivo de gravidez, Amanda e Carla, que me acompanharam durante todo esse processo, me ajudando, me aconselhando e se preocupando.

Agradeço a orientadora deste trabalho, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Clarícia Otto. Desde o início, compreendeu minhas limitações e falta de tempo disponível para a pesquisa. No entanto, mesmo assim, aceitou me orientar e me incentivou sempre. Sem ela este trabalho não teria se concretizado.

Agradeço também aos autores de livros didáticos de História para os anos iniciais. Com este trabalho tomei consciência acerca da importância de o professor de anos iniciais utilizar esta ferramenta no dia-a-dia em sala de aula.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma, fizeram parte desta caminhada longa e com muitos obstáculos.

Não basta introduzir conteúdos de história e cultura afro-brasileira ou africana para a superação do eurocentrismo nas abordagens históricas. O desafio é a promoção de um ensino-aprendizagem em que a história africana e a história européia, por exemplo, não sejam dicotomizadas, nem idealizadas, nem tampouco contrapostas, mas, antes, compreendidas em sua dinâmica e circularidade, com as violências e embates do passado e do presente, mas com as perspectivas relacionais requeridas em qualquer abordagem histórica mais substantiva (PEREIRA, 2008, p. 29).

## **Resumo**

Neste trabalho apresento um estudo sobre a abordagem do tema África e afrodescendentes, presente na Coleção didática de História para os anos iniciais da educação básica, “Asas para Voar” (2008), da editora Ática. A coleção é composta por quatro volumes (2º ao 5º anos) e consta como aprovada nos Guias do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2007, 2010 e 2013. As autoras são Maria Elena Simielli e Anna Maria Charlier. A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos e na educação básica decorre da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, publicadas em outubro de 2004.

**Palavras-chave:** Ensino de História nos anos iniciais, Lei 10.639/2003, Livro didático.

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).....</b>	<b>11</b>
<b>2 A Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.....</b>	<b>15</b>
<b>3 Livros didáticos de História para os anos iniciais da educação básica.....</b>	<b>18</b>
3.1 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).....	18
3.2 Descrição da Coleção Didática de História para os anos iniciais: “Asas para voar”.....	20
3.3 O tema África e afrodescendentes na coleção “Asas para Voar”.....	22
<b>4 Considerações Finais .....</b>	<b>26</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>28</b>
<b>Referências .....</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se pauta na análise do conteúdo África e afrodescendentes na coleção didática de História para os anos iniciais, “Asas para voar”, das autoras Maria Elena Ramos Simielli e Anna Maria Ramos da Silva Charlier, da editora Ática. Essa coleção tem quatro volumes e vem sendo aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2007, 2010, e, recentemente também consta como aprovada no Guia Nacional do Livro Didático de 2013.<sup>1</sup> Minha intenção é analisar como a Coleção apresenta a temática indicada pela Lei 10.639/2003, a qual torna obrigatória a inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

De acordo com Paula (2009, p. 176),

[...] inserir as relações étnico-raciais como um dos temas transversais e norteadores da educação brasileira significa romper com essa face segregadora da educação, para criar uma educação, de fato, integradora e inclusiva.

Essa indicação foge de um viés que, por longo tempo, direcionou o ensino da história, o da “evolução da sociedade européia ocidental [...] tomada como modelo de desenvolvimento” (BORGES, 2005, p. 51). De acordo com Otto (2009, p. 171-172), é preciso muita atenção quando se trata de compreender o sentido, de pensar no tipo de história que foi produzida ao longo dos séculos:

A História é um campo de debates, de conflitos, de pesquisas, de produção de saberes, de compreensão e de interpretação das várias versões de um acontecimento. Dito de outro modo, a periodização, a constituição de heróis, a instituição de feriados e de festas cívicas, a seleção de personagens a serem homenageados, a história escrita, entre outros são produtos de grupos sociais, os quais procuram representar, significar e expressar certas ideias com base em determinada concepção de cidadão, de nação, de história e de mundo, num respectivo contexto político, social e econômico.

Além de analisar principalmente a temática da História e da cultura afro-brasileira na coleção indicada, abordo também questões relativas aos livros didáticos de História para os anos iniciais da educação básica, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

No Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático de 2013, dentre os princípios critérios constam:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 de abr. de 2013.



- incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania ativa, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância;
- promover positivamente a imagem de afro-descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio científicos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando o caráter multicultural da nossa sociedade;
- abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária (BRASIL, 2023, p. 27).

Dentre os eixos e fundamentos da Lei 10. 639/2003 estão: Políticas de *reparação, reconhecimento e valorização* da história, cultura e identidade africana e afrodescendente; Reeducação das relações étnico-raciais: 1) A especificidade do racismo no Brasil; 2) A escola como um espaço privilegiado de construção – e portanto, superação – da desigualdade racial; 3) Estratégias pedagógicas e meios para a concretização da Lei (CONCEIÇÃO, 2010, p. 131-158).

Todas essas questões são tratadas com o foco no ensino de História nos anos iniciais. Tal opção se deve ao fato de como pedagoga ter sido tocada para a importância de se conhecer os fundamentos das áreas de conhecimento e correlacionada ao tema escolhido está a História e o seu ensino:

Educar para compreensão da História significa promover uma série de atividades que permitam a compreensão da diversidade de formas de vida em localidades e épocas diferentes, para a compreensão de que o conhecimento é mutável, que há situações que mudam e outras que permanecem ao longo do tempo (OTTO, 2009, p. 172).

A autora também alerta para o fato de que

Os primeiros anos de escolarização são de suma importância, pois muitas representações obtidas no tempo de criança vão perdurar ao longo da vida adulta. Nesse sentido é necessária uma série de cuidados acerca do ensino de História e da maneira de compreendê-la (OTTO, 2009, p. 167).

Esse tema ainda se justifica porque

[...] o movimento da sociedade atual exige da escola, dos docentes e dos formadores de professores/as a inclusão no campo da formação de professores/as, de temáticas históricas que sempre foram relegadas a um plano secundário. É aqui que encontramos as demandas mais recentes de

articulação entre formação de professores/as e a diversidade étnico-cultural (GOMES & SILVA, 2002, p. 21).

Enquanto um processo que faz parte da nossa humanização, a diversidade étnico-cultural é uma característica marcante em qualquer sociedade. Ela está presente nas relações que estabelecemos no mundo do trabalho, na família, nos espaços de lazer, na escola e demais locais e instituições. Ela sempre participará da nossa vida pois é um constituinte da nossa formação como seres humanos e sujeitos socioculturais. Contraditoriamente, por mais fascinante e desafiadora que a presença da diversidade possa parecer, o trato não segregador e não discriminatório das diferenças ainda é uma postura política e profissional ausente de muitas práticas pedagógicas e de vários processos de formação de professores/as (GOMES & SILVA, 2002, p. 24).

Lendo e dialogando com vários autores, dentre os citados acima, percebo que existe uma grande preocupação em cuidar do não esquecimento das memórias históricas. A memória é ponto de partida e deve permear o ensino de História nos anos iniciais.

A preocupação com a preservação da memória histórica e, por extensão, do patrimônio cultural é fenômeno que vem caracterizando, neste final de século e milênio, um número considerável de instituições, sejam elas públicas ou privadas, organizações não-governamentais, segmentos sociais os mais diversos e figuras destacadas das elites políticas nacionais (ORÍÁ, 2005, p. 128).

Oriá (2005, p. 134), prossegue esclarecendo que “o patrimônio histórico-cultural não constitui apenas acervo de obras raras ou da cultura de um passado remoto e distante, nem serve tão-só para lembrarmos nostalgicamente os tempos idos”. Alerta para a necessária valorização e conhecimento dos bens culturais, pois, o conhecimento deles poderá ajudar a “compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou o seu valor histórico” (ORÍÁ, 2005, p. 134).

Nessa direção, a atenção se dará ao fato de a Coleção abordar temas relacionados aos afro-brasileiros na atualidade, aos bens culturais, legados dessas populações. Ainda, conforme indica o autor, foi nos anos de 1980, que se deu início a um processo de retomada da “participação dos ‘excluídos da história oficial’”, que se “passou a dar atenção a bens e valores culturais de outros segmentos sociais e minorias étnico-culturais”.

Oriá (2005, p. 136), cita como exemplos, dentre outros, “o tombamento, no nível federal, da Serra da Barriga, local onde se desenvolveu o maior quilombo da História do Brasil – Palmares, situado no atual estado de Alagoas”.

Uma postura de abertura ao conhecimento da pluralidade cultural nos leva a uma

[...] reeducação das relações étnico-raciais que seja capaz de romper com as barreiras do racismo e de toda forma de discriminação e preconceitos das várias naturezas requer o rompimento com os paradigmas e concepções que sustentam essas práticas no cotidiano escolar, ou que as camuflam em visões parciais do problema. Assim, defendemos a contestação, a educação inclusiva, como norteador da mudança educacional que almejamos, e elegemos a escola plural como norteadora das nossas práticas e concepções. Este paradigma emergente deve, reivindicar também, uma nova Pedagogia: a Pedagogia da Diversidade (PAULA, 2009, p. 194).

## 1.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394 é sancionada no ano de 1996 (LDBEN/96). Essa Lei trouxe modificações na educação nacional e propiciou, a partir de 1997, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), incluindo para as séries iniciais, publicado já em 1997. No documento de introdução aos PCNs para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, o então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, finaliza a apresentação dizendo:

Estamos certos de que os ‘Parâmetros’ serão instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas em sua escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático. E esperamos, por meio deles, estar contribuindo para a sua atualização profissional – um direito seu e, afinal, um dever do Estado (BRASIL, 1997, s./p.).

Assim, os PCN são um “instrumento útil de apoio”. A partir dos PCN, as editoras passaram a produzir livros didáticos o mais próximo ao que estava estabelecido nos PCN:

A grande inspiração de todo o editor é poder colocar na capa do livro: ‘De acordo com a proposta oficial’ ou ‘De acordo com os Parâmetros Curriculares’, porque eles trabalham com a suposição de que o currículo é obrigatório, de que ele vai ser cumprido e se o livro estiver de acordo com o currículo, vai ser adotado (NEVES, 1997, p. 53-54 *apud* GATTI JR. 2004, p. 203).

Um dos destaques que ressalto é que os PCN indicam os temas transversais, dentre os quais está pluralidade cultural. Dessa forma, o objetivo de “apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (BRASIL, 1997, s./p.).

Os PCN possuem uma abordagem construtivista de ensino e aprendizagem. Sendo assim, “reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo” (BRASIL, 1997, p. 33).

De acordo com o que escrevi na Introdução, também os PCN apontam para uma ruptura com a história de viés eurocêntrico, rompe com a ideia de tratar somente dos grandes personagens tornados heróis. Os seus objetivos indicam para questões plurais, não homogeneizantes:

- identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
- organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;
- conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil;
- utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros;
- valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia (BRASIL, 1997a, p. 41).

Entendendo a importância da diversidade no mundo, principalmente nas instituições de ensino, penso que devemos respeitá-las em todas as suas particularidades. Como nosso país tem uma grande pluralidade cultural, é necessário sempre levar em conta essa gama de culturas, o que abre caminho para uma nova pedagogia:

A Pedagogia da Diversidade é aquela que não acata as teorias e práticas que fundamentam seu discurso na defesa de um único sujeito educacional como caminho para acabar com a exclusão que os ‘outros’ promovem, como por exemplo: a educação inclusiva fundada no discurso da Salamanca; as teorias que defendem o aluno como principal sujeito da aprendizagem, ignorando os demais sujeitos ou que todos são sujeitos; as teorias que dissolvem os sujeitos em um todo abstrato ‘inteligência coletiva’, dentre outras (PAULA, 2009, p. 196).

Pensar na diversidade é fundamental se se quer viver num país que se proclama democrático. O respeito aos diferentes grupos e culturas é essencial para a Vicência numa

sociedade plural. Diante dessa realidade plural, a escola passa a ter um importante papel e um dos grandes desafios dessa instituição

[...] é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural (BRASIL, 1997, p. 27).

Assim, um dos principais objetivos deste trabalho foi verificar se há estereótipos na forma como a coleção “Asas para voar” aborda a história e a cultura afro-brasileira. Em outras palavras, busco observar se na forma e no conteúdo há uma nova abordagem, aquela que rompe com a apresentação de esses sujeitos históricos estarem situadas num passado escravista, conforme indicado por Paula (2009, p. 177):

Os debates acerca das problemáticas que envolvem a população afro-brasileira são de longa data em nosso país. Porém, a ação protagonista desses povos redesenha-se nas iniciativas recentes que buscam romper com o passado histórico que ainda os associa à imagem de ex-escravos e trabalhadores braçais.

Diante disso, este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, consta a Introdução. No segundo, faço uma breve explanação sobre a Lei 10.639/2003 e sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana.

No terceiro, apresento a coleção “Asas para Voar”, detalhando o quantitativo e qualitativo em relação ao tema analisado, ou seja, qual a abordagem sobre a África e afrodescendentes exposta na Coleção. Vale ressaltar que precedendo essas informações trato sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Isso se justifica porque o temática da História e da cultura afro-brasileira, da forma como aparece na Coleção, decorre também dos processos que envolveram e envolvem os PCN e o PNLD.

A proposta dos PCNs é ultrapassar o elogio da diversidade baseado em perspectivas homogeneizadoras e valorizar a especificidade de cada grupo que compõe o todo social, de modo a garantir-lhes não apenas o simples reconhecimento das diferenças, mas o direito ao exercício de uma cidadania plena como grupo singular; grupo que assim pode tomar parte em uma ordem que tende a garantir a cada coisa, um lugar (GONTIJO, 2002, p. 65).

## 2. A Lei 10.639/2003 e AS Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

A diversidade está entre os projetos da política educacional contemporânea. A inclusão da diversidade nas políticas públicas se deve, inicialmente, às lutas do Movimento Negro, na década de 1990. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394 de 1996, cita a pluralidade cultural como algo fundamental para a educação no país. Também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), da década de 1990, indicam e orientam os professores em relação à diversidade. Nos PCN, a pluralidade cultural é tomada como patrimônio sociocultural do país.

Nesse contexto, no ano de 2003, se deu a aprovação da Lei Federal 10.639/2003.<sup>2</sup> A Lei instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, e apresenta os princípios orientadores para o conteúdo nas escolas por meio das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”, publicado em 2004. Esse documento sinaliza para a importância do ensino de história na implementação de conteúdos referentes à história e cultura africana.

A publicação das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana demonstra exemplarmente a emergência de uma outra luta política, muito depois da abolição, que coloca em pauta, entre outras questões, a própria escrita da história dos afrodescendentes. O documento abre, oficialmente, caminho para a construção de outras memórias e histórias sobre as lutas políticas dos afrodescendentes para além da escravidão (MATTOS, ABREU, DANTAS, MORAES, 2009, p. 319)

De acordo com o relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE) do ano de 2004, a efetivação desta proposta também deve ser relacionada aos

---

<sup>2</sup> Lei 10.639/2003: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Em março de 2010, a Lei 10.639/2003 foi alterada pela Lei 11.645/2008. Esta incluiu a obrigatoriedade do ensino de história indígena nas escolas brasileiras.

[...] grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim, a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial (BRASIL, 2004, p. 5-6).

Tais assuntos também tiveram que gradualmente ser incluídos nos livros didáticos. A elaboração dos PCN contribuiu para essa inclusão nas coleções didáticas. Os PCN, conforme já sinalizado, abordam a pluralidade cultural, antes da Lei 10.639/2003. Essa Lei é um marco na história da educação brasileira, junto com isso, vieram outras questões de grande valor para educação em geral. Essa discussão é ampla e abrangente, pois, envolve:

Pluralidade Cultural: Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. [...] Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural (BRASIL, p. 27).

Podemos perceber, quando lemos os PCN que a sua proposta é levar em conta cada grupo em suas especificidades, acabando com a ideia homogeneizadora. Além dos PCN, a Lei 10.639/2003 é decorrente da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, visando a necessidade de uma especificidade para se trabalhar as questões de etnias raciais. Além de reforçar questões das etnias, também reforçou a autonomia do docente, a valorização da inclusão e da diversidade cultural, com consciência, e a flexibilização curricular. Como podemos confirmar pelo texto de Pereira (2008), mesmo antes do surgimento dessa legislação,

[...] muitos docentes [...], já vinham desenvolvendo propostas que tinham entre seus objetivos a desconstrução de estereótipos, permitindo que os alunos construíssem novas concepções acerca de processos históricos, do significado do advento de novos sujeitos sociais e das interações culturais pautadas pela valorização da pluralidade cultural (PEREIRA, 2008).

Após a Lei 10.639/2003 muitas visões se modificaram no decorrer do tempo, pessoas começaram a perceber o valor de diferentes culturas na história, diferentes formas de viver, diferentes costumes, assim conhecendo melhor cada cultura e ampliando o conhecimento sobre a diversidade. O ensino de histórico deixou de ser no viés eurocêntrico.

Para que as diferentes culturas sejam respeitadas, devemos levar a perspectiva da Lei para as instituições escolares. Junto com a lei deve haver um aprofundamento, principalmente para os professores, a fim de que possam trabalhar com essa temática de forma competente.



### **3. LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PARA OS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Os livros didáticos tem sido objeto de avaliações contraditórias nos últimos tempos. Existem professores que abominam os livros escolares, culpando-os pelo estado precário da educação escolar. Outros docentes calam-se ou se posicionam de forma positiva pelo auxílio que os livros prestam ao seu dia-a-dia complicado. O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para estudo; e em todo o início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade (BITTENCOURT, 2005, p. 71).

A elaboração de livros didáticos de História para os anos iniciais da educação básica precisa ser entendida em meio ao contexto educacional do Brasil nos anos de 1980, a partir da abertura política do país. Nesse contexto, destaco, neste trabalho, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Programa Nacional do Livro Didático.

#### **3.1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)**

Conforme já indiquei, a coleção didática História “Asas para voar”, está inserida numa política pública em nível federal, a qual normatiza a avaliação e distribui os livros didáticos para as escolas públicas do país. Essa política se dá por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e conta com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 1929 foi criado o Instituto Nacional do Livro, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) que ficou responsável pelas políticas do livro didático. Em seguida outras comissões e programas foram instituídos pelo governo: Comissão Nacional do Livro Didático (1938), Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (1966), Programa do livro didático – Ensino Fundamental (1971), entre outros.

A criação do PNLD se deu em 1985 e desde esse ano vem sendo modificado. Uma das modificações se deu em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O programa que até então centralizava em âmbito do governo federal o planejamento, compra e distribuição dos livros didáticos, passou também a realizar a avaliação dos mesmos. Isso aconteceu, pois, os livros didáticos do PNLD que estavam sendo utilizados nas escolas possuíam erros conceituais, eram portadores de estereótipos e desatualizados (CASSIANO, 2007).

Assim, a partir de então, as comissões de avaliação são constituídas por professores, especialistas das diferentes áreas de conhecimento. Após avaliação elaboram resenhas sobre os didáticos aprovados. Essas constam no Guia dos Livros Didáticos, caderno destinado aos professores das escolas a fim de que escolham a coleção que mais se adéqua à realidade de sua escola.

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), ocorreu grande ampliação do PNLD. Novos programas foram criados: o Programa de Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEN), em 2003, e o Programa do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), em 2007.

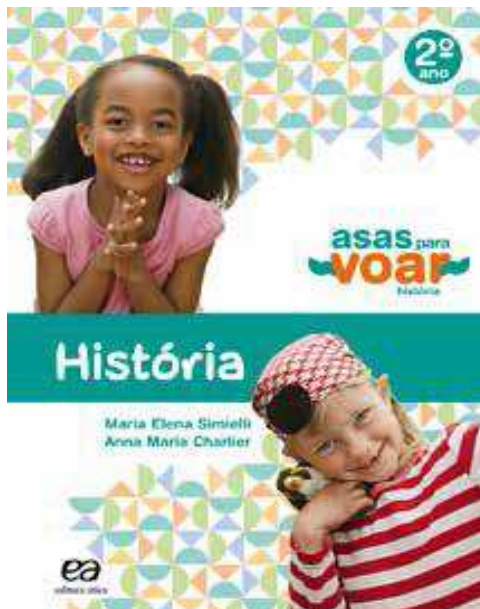
Dentre os critérios de avaliação feita a cada três anos, interessa destacar aqui que buscando garantir a qualidade desse material escolar, a inclusão da temática sobre a História da África e da cultura afro-brasileira. No Guia 2007 pontua as modificações na educação nacional que incidem sobre o livro didático e que isso foi considerado na avaliação: mudanças na legislação (como a Lei nº 10.639 de 2003 e Lei nº 11.645 de 2008, sobre a obrigatoriedade de ser conteúdo escolar a História e as Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas) e a relação entre o local e a construção da identidade. Sobre o ensino de História diz:

A renovação historiográfica pela qual a área de História tem passado vem considerando a importância de fontes de diversas naturezas e a pluralidade dessas na coleta das informações e na elaboração da produção do conhecimento histórico pela academia, e também na construção do conhecimento histórico do aluno para possibilitar que ele aprenda a pensar historicamente (BRASIL, 2009, p. 13).

No item a seguir descrevo a coleção “Asas para voar” de forma geral e nos itens subsequentes adentro na temática central que interessa analisar.

### 3.2 DESCRIÇÃO DA COLEÇÃO DIDÁTICA DE HISTÓRIA PARA OS ANOS INICIAIS “ASAS PARA VOAR”

**Figura 1:** Volume 2 da Coleção Asas para Voar.



**Fonte:** Guia de livros didáticos: PNLD 2013: história. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012, p. 53.

A Coleção é formada por Manual do Professor e Livro do Aluno. O Livro do Aluno tem quatro volumes destinados ao 2º, 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental. O volume 2 possui 112 páginas; o volume 3, 136; o volume 4, 144; e o volume 5, 152 páginas. Os volumes estão organizados em unidades e capítulos. Cada um dos volumes 2 e 3 apresenta duas unidades e quatro capítulos por unidade. Os volumes 4 e 5 apresentam quatro unidades cada um e dois capítulos por unidade.

Os volumes 4 e 5 apresentam quatro unidades cada um e dois capítulos por unidade. No sumário de cada volume constam os títulos centrais das unidades, os títulos e subtítulos dos capítulos, os quais são numerados, os itens *Agora eu sei que...*, o qual se propõe sistematizar e retomar o conteúdo tratado na unidade; *Projeto*, sugerido ao final de cada unidade; *Para você ler*, que consiste na sugestão de leituras respectivas a cada unidade contendo pequena sinopse; *Glossário e Bibliografia*, os quais estão ao final de cada volume do Livro do Aluno.

Os temas de cada um dos projetos sugeridos são: no volume 2, unidades 1 e 2 respectivamente: Avós e crianças – O tempo e as histórias e Brincando com nossos avós. No volume 3, unidades 1 e 2: Quais são os problemas de sua comunidade? e Vamos montar um

museu? No volume 4, unidades 1 e 2: Os migrantes perto de você; unidades 3 e 4: Cidades turísticas. No volume 5, unidades 1 e 2: Um escrivão no século XXI; e unidades 3 e 4: Manifestações da cultura popular.

Além desses elementos contidos no sumário, a coleção apresenta *Abertura de unidade*, na qual introduz por meio de textos e imagens o tema central da unidade, em duas páginas; *Hora da roda*, que consiste numa atividade de sensibilização, de verificação dos conhecimentos prévios, no início de cada capítulo (nos volumes 2 e 3) e de cada unidade (nos volumes 4 e 5); *Atividades escritas e orais*, *Documentos históricos e Linha do Tempo*.

A coleção apresenta também cinco seções, fixas ao longo da coleção mas não ao longo de cada capítulo, pois cada capítulo nem sempre contempla as cinco seções, quais sejam:

*Explore*: pretende que o aluno faça descobertas e comparações ao investigar temas relacionados ao conteúdo tratado. Consistem em atividades de pesquisa, entrevistas e leitura de imagens.

*Saiba mais*: propõe que os alunos ampliem as informações sobre o conteúdo com leitura de textos, observação e análise de imagens e mapas.

*Leia mais*: sugere leitura de textos literários, jornalísticos e didáticos, objetivando aprofundar o conteúdo abordado de diferentes formas.

*Divirta-se*: seção de quadrinhos e charges tratando o tema de forma lúdica e estimulando a reflexão sobre o tema abordado.

*Pesquise*: sugere investigar o tema a fim de complementá-lo.

Ainda, no início há uma *Apresentação* do livro ao aluno, sendo a mesma nos quatro volumes.

No Manual do Professor, cada um dos volumes possui 56 páginas. O Manual do professor apresenta uma parte comum aos quatro volumes e uma parte específica. Na parte comum, há a indicação de que os volumes estão organizados por eixos temáticos: O tempo e a criança, no volume 2; História local e do cotidiano, no volume 3, Migrações, no volume 4 e Trabalho e sociedade, no volume 5. O Manual do professor contém sumário e faz uma apresentação ao docente. As seções e suas subdivisões, também na parte comum, são as seguintes:

- Pressupostos teóricos da coleção: Ensino fundamental de nove anos e orientações teórico-pedagógicas.

- Organização do conteúdo desenvolvido na coleção: Seleção e organização dos conteúdos e As leis 10639/03 e 11645/08 nos currículos escolares.

- Procedimentos metodológicos

- O processo de avaliação
- Produção, escolha e uso do livro didático: Sobre a produção do livro e Sobre a escolha e o uso do livro.

-Textos de aprofundamento para o professor, o qual contém quatro textos: A avaliação na educação escolar; Interdisciplinaridade na formação de professores; Temas transversais; Como trabalhar as diferentes representações.

- Sugestões bibliográficas para o professor e sugestão de alguns sites. Nessa seção, são praticamente os mesmos livros e sites indicados no Manual do professor de cada volume.

Na parte específica constam a Organização didática e encaminhamentos referentes ao respectivo volume. Nessa parte, há indicação de objetivos de cada unidade e de cada capítulo e orientações para o aprofundamento dos temas com indicação das páginas correspondentes ao Livro do aluno.

Além disso, no final do Manual do professor, constam Sugestões adicionais de leitura para o aluno, com pequena sinopse de cada obra indicada, sem indicação do ano de publicação.

### **3.3 O TEMA ÁFRICA E AFRODESCENDENTES NA COLEÇÃO “ASAS PARA VOAR”**

Uma das primeiras coisas que se destaca é que o Manual do Professor orienta ao mesmo sobre as possibilidades oferecidas pela coleção para a implantação do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira.

Há orientações tanto na parte geral quanto na parte específica. Além de mencionar e destacar aspectos das Leis 10639/03 e 11645/08, apresenta sugestões de como na prática da sala de aula se pode introduzir os temas sobre a história da África e da cultura afro-brasileira. Indica leituras e sites com filmes sobre a temática, tanto para o professor quanto para o aluno.

Nessas orientações ressalta a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira e diz que partiu de reivindicações de lideranças da área da educação desde a década de 1970 (SIMIELLI; CHARLIER, 2008, p. 12-15).

A Coleção atende a legislação, as diretrizes e as normas oficiais que regulamentam o ensino fundamental, especialmente os seguintes:

(1) Constituição da República Federativa do Brasil.

(2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008.

(3) Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

(4) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.

Além de atender a legislação, a coleção também se baseia nos PCN de História e de Geografia. As leis 10639/03 e 11645/08 também são atendidas havendo preocupação com a inserção de aspectos contemplados por estudos atualizados sobre as populações indígenas e afrodescendentes. No volume 3, p. 17, faz menção à Declaração sobre as raças, de 1978. No volume 4, p. 56, propicia que o aluno identifique a existência de comunidades quilombolas no local em que os alunos vivem.

De um lado, a coleção contempla, no conjunto dos quatro volumes, conteúdos referentes à história e cultura da África e dos afrodescendentes, conforme disposto nas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/ 2008, promovendo positivamente a cultura afro-brasileira, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando o caráter multicultural da nossa sociedade.

Essas questões são observadas nos seguintes volumes e páginas:

v. 2, p. 81 – mostra três imagens da Tanzânia.

v. 2, p. 101 – indica como se joga a mancala, conhecida como “o jogo nacional da África”, ainda hoje jogada em diversos países africanos.

v. 3, p. 27 – pontualmente, trata sobre o preconceito e sobre o porquê da existência do Movimento Negro.

v. 3, p. 69 – foto e legenda do Museu Afro-Brasileiro, em Salvador.

v. 3, p. 84-91 – capítulo aborda sobre as origens africanas dos brasileiros, sobre a diversidade do continente africano.

v. 3, p. 94 – estátua de Zumbi.

v. 3, p. 102 – repete a foto e a legenda do Museu Afro-Brasileiro, em Salvador, da página 69.

v. 3, p. 108 – imagem de negros escravizados que abasteciam as casas com água.

v. 4, p. 25 – referência pontual sobre o fato de que os portugueses também receberam influência dos negros escravizados.

v. 4, p. 39 – pontualmente, há uma imagem de um navio negreiro e que os africanos fizeram uma migração forçada.

v. 4, p. 50-57 – nas respectivas páginas trata sobre a separação de familiares e amigos no momento do embarque nos navios negreiros, sobre as contribuições dos africanos no Brasil, como eram vendidos aos senhores de engenho, sobre os quilombos e menciona a Lei Áurea.

v. 4, p. 73 – trata sobre as contribuições da cultura africana, mostra imagem da capoeira e da Congada.

v. 5, p. 47-64 – aborda o aprisionamento dos negros na África para serem vendidos como escravos, fala da casa-grande e da senzala e do trabalho nos períodos do açúcar, da mineração e do café.

LA, v. 5, p. 73 – pontualmente, discute sobre a diferença da escravidão do período colonial e a da atualidade.

v. 5, p. 103 – atividade em que leva a pensar quais as mudanças, no Brasil império, em relação à escravidão.

v. 5, p. 116-127 – aborda sobre o cotidiano no Brasil colônia, do espaço familiar que reunia escravos, agregados e parentes próximos, de os negros serem proibidos de serem carregados em liteira e usar sapatos, como forma de diferenciação social, da dança lundu, primeira forma de música negra aceita pela sociedade colonial brasileira, do que as mulheres negras e brancas podiam fazer.

v. 5, p. 140-145 – trata sobre festas, crenças e comemorações populares de origem africana, levando o aluno a identificar quais das festas apresentadas existem na cidade onde ele mora e qual delas ele mais gosta

v. 3, p. 17-18 – aborda a pluralidade cultural, o respeito e à tolerância às pessoas, dos direitos e dos deveres, do direito de ser diferente;

v. 3, p. 27, at. 4 a e b – diz que grupos de pessoas sofrem preconceitos e que é necessário acabar com ele;

v. 4, p. 71-72, at. 3a e b – trata sobre os diferentes grupos étnicos que formam o povo brasileiro, apresenta imagens de crianças de etnias diversas e leva o aluno a identificar qual grupo étnico predomina na sua região. No Manual do Professor desta página há um alerta ao professor, de ele estar atento para que não haja atitudes preconceituosas em relação às diferentes etnias.

v. 3, p. 17 – trata sobre o direito a ser diferente e da Declaração sobre as raças (SIMIELLI; CHARLIER, 2008).

v. 4, p. 39 – imagem de negros, quase nus, em navio negreiro.

v. 4, p.53 – imagem de desembarque de Africanos.

v. 4, p. 55 – imagem de negro no tronco, sendo açoitado.

v. 5, p. 42, 51 – imagem de negros, repetida, trabalhando na preparação da farinha de mandioca.

A obra ainda destaca os diversos trabalhos realizados pelos negros escravizados nas cidades, além dos trabalhos domésticos os escravos trabalhavam como artesãos, vendedores de rua (escravos de ganho), músicos, carregadores de pessoas brancas, de mercadorias e de água que iam buscar nas fontes e chafarizes. Aborda também sobre o trabalho das amas-secas e amas de leite, indica o início do combate à escravidão, as ideias abolicionistas e as leis contra a escravidão.

De outro lado, além do exposto acima, muito embora a coleção tangencie, de forma pontual, pelos estudos contemporâneos ao apresentar uma visão do africano e do afrodescendente não só como escravo, como mercadoria e sobre os quilombos, ainda há predominância de temas relacionados ao período colonial e do trabalho escravo, em detrimento de temas atuais relacionados a essas populações. Por exemplo, no Volume 2, p. 81, as informações sobre a Tanzânia contribuem para estereótipo da África como um lugar selvagem, pois, enquanto as descrições de Japão, França, e EUA destacam que são

países com muitas indústrias, sobre a Tanzânia se chama atenção para os muitos leões, girafas, zebras e elefantes dos parques nacionais.

Assim, nas páginas 80-83, o volume 2 apresenta quadros informativos sobre alguns países, que são definidos em duas ou três frases. Nos quadros referentes à Japão, França e EUA se destaca que esses países têm muitas indústrias. Nos quadros referentes à Tailândia, Tanzânia e Peru se destaca que esses países têm florestas, parques e animais selvagens.

Muito embora a coleção valorize a sua contribuição na formação da sociedade brasileira, promova reflexões contra o preconceito, entre outros, ainda predominam aspectos relacionados aos processos de escravização no passado, do negro como mercadoria, do indígena idealizado, tido como defensor da floresta. Observo que no Livro do aluno as indicações do Manual do Professor (p. 13), especialmente em relação aos afrodescendentes, não são desenvolvidas suficientemente.



#### 4. À GUISA DE CONCLUSÃO

Depois de ler o que vários autores escreveram sobre o tema escolhido para análise e sobre ensino de História chego a algumas conclusões. Uma delas é que a temática sobre a História da África e da cultura afro-brasileira é assunto a ser tratado nos anos iniciais pelo fato de estar diretamente relacionado ao conceito de identidade. Este conceito é central nesse nível de ensino.

A forma como a coleção “Asas para voar” aborda o tema sobre a história da África e da cultura afro-brasileira resulta de um processo histórico e das políticas educacionais, destacando-se os PCN, o PNLD e principalmente a Lei 10.639/2003, que teve seu ponto de partida com a reivindicação do Movimento Negro.

Falando, de modo específico da coleção lida e relida, ou melhor, da quantidade e da qualidade como aborda a temática em questão e de sua relação com o ensino e a aprendizagem de História nos anos iniciais da educação básica, posso ressaltar que a Coleção:

Toma como ponto de partida a legislação educacional brasileira elencando questões em torno da importância a ser dada aos processos de leitura e de escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, e se pauta nos objetivos dos PCN ao organizar e selecionar conteúdos.

Leva em consideração conhecimentos das áreas da psicologia e da pedagogia, além da História e do seu ensino.

Compreende que o processo de ensinar história deva estabelecer conexões entre o passado e o presente, de forma que os alunos compreendam os vários contextos históricos e os sujeitos situados em seus respectivos tempos. O Manual do Professor informa priorizar uma abordagem que trabalha conceitos e noções e que desenvolva habilidades cognitivas e atitudinais, com vistas ao exercício da cidadania e reconhecimento das diferenças. Nesse aspecto, também contempla e desenvolve reflexões sobre as populações afrodescendentes.

A coleção apresenta preocupação em levar o aluno a compreender a historicidade dos processos sociais e promove reflexões com vistas ao desenvolvimento de atitudes e preceitos éticos, de respeito às diferenças e de construção da cidadania.

As questões relativas aos afrodescendentes também são abordados de forma a combater preconceitos e estereótipos, havendo indicação de perspectivas atuais no tratamento da temática.

Há informações que permitem ao aluno perceber a diversidade cultural e social do continente africano, a importância de antigos reinos, e um texto informativo sobre os *griots*, os tradicionais contadores de História da África. Aborda o tráfico e escravidão dos africanos,

a demarcação de terras das comunidades quilombolas, a contribuição dos africanos no desenvolvimento de técnicas de trabalho, as manifestações culturais dos afrodescendentes. A coleção também traz livros e contos africanos nas sugestões de leitura para os alunos. A coleção procura estabelecer relações entre o passado e o presente dessas populações, embora acabe predominando elementos de uma abordagem ainda tradicional.

Todavia, a coleção estimula os alunos a compreender as experiências sociais em sua historicidade, favorece a formação da identidade cultural e relacionada à identidade está o desenvolvimento de atitudes de respeito às diferenças.

Em seu conjunto, a coleção contempla questões relativas aos afrodescendentes. Incorpora reflexões sobre a importância e contribuição dessas populações na formação do Brasil, haja vista sua característica multiétnica. Dessa forma, procura discutir criticamente, preconceitos e estereótipos e estabelecer relações entre o passado e o presente dessas populações.

Uma ressalva se deve fazer que, ao longo do Livro do Aluno, ainda predomina a abordagem sobre o passado dos africanos, em detrimento de sua participação e contribuição na sociedade atual. Sendo assim, posso citar que esse é um dos aspectos negativos da coleção. Ao tratar sobre os afrodescendentes, embora feitas todas as ressalvas, ainda predomina a abordagem sobre o passado com foco no trabalho escravo, do negro como mercadoria, em detrimento de sua participação e contribuição na sociedade atual.

Por fim, finalizo com uma citação de Pereira (2008):

Contudo, se pensamos num ensino de história pluralista na medida da pluralidade do Brasil, seria mais fiel à sua história que as diversas ancestralidades dos brasileiros comparecessem na sua compreensão socio-cultural, pois, afinal, não foi somente a ancestralidade africana a parte silenciada do nosso mosaico identitário. Na esteira dessa questão, há o risco de uma compreensão pouco abrangente dos principais problemas e emblemas do Brasil histórico e de sua realização social: afinal, com quantas exclusões históricas se fez o Brasil?"

**FONTES**

- Guias do Livro didático PNLD/2007, 2010 e 2013.
- Coleção didática de História  
“Asas para voar”.
- Parâmetros Curriculares Nacionais.
- Lei 1º.639/2003
- Lei 11.645/2008
- Programa Nacional do Livro Didático. Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2013.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 49-95.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso: 20 abr. de 2013.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso: 20 abr. de 2013.

BRASIL. Guia de livros didáticos do PNLD 2010 da disciplina de História dos anos iniciais do ensino fundamental. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ph-arquivos/category/11-guias-pnld-2010?download=31%3Apnld2010historia>. Acesso: 20 abr. de 2013.

CASSIANO, Célia Cristina de F. 2007. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese. (Doutorado em Educação) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. In: Margarida Maria Dias de Oliveira e Maria Inês Sucupira Stamatto (Org.). Natal: EDUFRN, 2007.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira de. O trabalho em sala de aula com a história e a cultura afro-brasileira no ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de. (Coord). *História: Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério Da Educação; Secretaria Da Educação Básica, 2010, p. 131 – 158.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 13-33.

GONTIJO, Rebeca. “Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como ‘patrimônio sociocultural’”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro. Casa das Palavras/Faperj , 2002.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 168-184.

MATTOS, Hebe Maria; ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MORAES, Renata. Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos et al. (Org.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 299-320.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maia Inês Sucupira (Orgs.). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDFURN, 2008.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 128-147.

OTTO, Clarícia. O ensino de história nos primeiros anos de escolarização: produzir e mediar conhecimentos. In: CARVALHO, Diana Carvalho de et al. *Relações interinstitucionais na formação de professores*. Araraquara: Junqueira & Marin; Florianópolis: Fapeu, 2009, p. 167 – 185.

PAULA, Benjamin Xavier de. O Ensino de História e Cultura da África e Afro-Brasileira. In: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas. Campinas: Alínea, 2009, p. 171-198.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei no 10.639. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 21-43.

<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/parametros.html> Acesso em: 01 de junho de 2013 às 12:43.